

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

GT 5 – Economia industrial e Microeconomia

GT5 – Economia Industrial e Microeconomia

Anna Carolina Oliveira Carvalho¹

Rodrigo Silva Vilas Boas Santos²

RESUMO

Nas últimas décadas, notou-se uma crescente preocupação acerca de um possível processo de desindustrialização e, talvez, reprimarização da matriz produtiva brasileira. Com base nisso, o trabalho buscou promover um debate acerca do termo “desindustrialização” e suas possíveis causas, além da análise do caso brasileiro, através de pontos de vista diferentes. O intuito do trabalho consiste em responder se a desindustrialização no Brasil tem decorrido do aumento da participação do setor de serviços – processo natural para um país em desenvolvimento econômico – ou se isto representa um fenômeno precoce, em decorrência das políticas macroeconômicas liberais adotadas na década de 1990, o que pode ser prejudicial ao seu crescimento, posto que o setor industrial tenha fundamental relevância no processo de desenvolvimento econômico de uma nação, já que isto impacta no avanço tecnológico, na produtividade e na própria renda *per capita*. Como metodologia, utilizou-se a série de dados anuais no período 1980-2013, obtido na plataforma digital IPEADATA, além de uma revisão bibliográfica da literatura nacional já existente sobre o tema.

Palavras-chave: Industrialização. Desindustrialização. Mudança estrutural. Economia brasileira.

1 INTRODUÇÃO

Um dos fatos mais notáveis do período do pós-guerra foi o rápido declínio do emprego industrial na maioria dos países industrializados e em muitos países em desenvolvimento, é a chamada “desindustrialização”. A maior parte dos países industrializados atingiram tal fase no final da década de 1960 e início dos anos 1970, enquanto outros países de renda alta começaram essa fase na década de 1980. Aproximadamente neste período, alguns países latino-americanos também começaram seu processo de desindustrialização, uma vez que sua taxa de renda *per capita* era muito mais baixa do que as taxas de outros países que haviam se desindustrializado ou começado o processo (PALMA, 2005).

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). e-mail: acocarvalho3@gmail.com

² Economista pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). e-mail: rodrigovb17@gmail.com

A industrialização no Brasil começou muito tempo depois da iniciada por outros países, apenas no início do século XX. Durante o governo de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, a economia brasileira era caracterizada pela forte intervenção estatal, de modo a promover o desenvolvimento industrial. Até a década de 1950, inúmeras empresas já haviam sido criadas no país, dentre as principais, pode-se destacar a Petrobras e a Companhia Vale do Rio Doce. Tal cenário se consolidou até o final da década de 1970, cujo período foi marcado pela diversidade da estrutura industrial, impulsionada pelo mercado consumidor interno.

No entanto, desde a década de 1980, durante o período de crise da dívida, diversos autores vêm destacando que o Brasil passa por um processo de desindustrialização, devido a uma queda brusca na participação do setor industrial no PIB brasileiro, reduzindo a participação do emprego industrial dentro do emprego total, além da maior participação das commodities nas exportações e o aumento no preço das importações de manufaturas (SILVA, 2014).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Definição e Aspectos Teóricos

O conceito de “desindustrialização” foi definido por Rowthorn e Tamaswamy em 1999, de modo que este é “uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região”. Outra forma, mais ampla, do conceito de desindustrialização foi definida por Tregenna, em 2009, na qual este processo é uma situação onde tanto o emprego industrial, assim como o valor adicionado da indústria, se reduzem em proporção ao emprego total e ao Produto Interno Bruto (PIB), respectivamente (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Assim, de acordo com a análise mais ampliada do conceito de “desindustrialização”, uma economia que se desindustrializa não é aquela onde o setor industrial está em queda ou estagnado, mas sim é a situação na qual o setor industrial perde importância como fonte geradora de emprego ou de valor adicionado (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Silva (2014) destaca que a queda do emprego na indústria nos países industrializados pode ser causada pela interação de diversos fatores, dentre os quais, destacam-se cinco: 1) o rápido aumento do número de atividades sendo terceirizadas pelas indústrias manufatureiras através de firmas especializadas prestadoras de serviços tem provocado uma “ilusão

estatística”, uma vez que o emprego ainda caracteriza-se como industrial, no entanto, é contabilizado estatisticamente como de serviços; 2) durante o processo de industrialização, a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados aumenta, no entanto, quando a indústria já se consolida, o aumento da produtividade industrial acarreta na redução dos preços relativos dos produtos manufaturados, de modo que se torna possível comprar bens manufaturados com uma fração menor da renda, enquanto o movimento oposto ocorre com a elasticidade renda do setor de serviços; 3) quando a indústria completa seu ciclo de expansão, o aumento da produtividade faz com que se necessite de menos mão-de-obra para desempenhar a mesma função de antes, o que faz com que haja expulsão de empregos neste setor, os quais geralmente são absorvidos no setor de serviços; 4) a globalização causou impacto na distribuição de emprego no mundo, de modo que houve a criação de uma nova divisão internacional de trabalho, onde as empresas multinacionais buscavam reduzir seus custos de produção realocando o trabalho para países com baixos salários. 5) a apreciação cambial em função da abundância de recursos naturais ou da valorização de *commodities* provoca a perda de competitividade do setor industrial, também chamada de “doença holandesa”.

Palma (2005) ampliou o conceito de doença holandesa, passando a caracterizar esta também como a apreciação cambial devido à orientação da política econômica – como aconteceu com um grupo de países latino-americanos na década de 1990, em função da liberalização comercial e financeira. Assim, Palma (2005) define a desindustrialização precoce como a situação na qual os países iniciam seu processo de desindustrialização sem terem alcançado o ponto de maturidade das próprias estruturas industriais, esgotando toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico permitida pelo setor industrial, regredindo à tendência da especialização, baseada na teoria das vantagens comparativas.

Vale observar que a desindustrialização não está necessariamente associada a “reprimarização” da economia, uma vez que a participação da indústria podem se reduzir também em função da exteriorização das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho ou/e valor adicionado, acompanhada também do aumento da participação de produtos com mais tecnologia empregada e maior valor adicionado na pauta de exportações. Deste modo, pode-se perceber que a desindustrialização não é necessariamente um conceito negativo, uma vez que em casos como este, não é resultado de uma falha de mercado (OREIRO; FEIJÓ, 2010). No entanto, de todos os fatores que causam a desindustrialização, a

doença holandesa é o único fator que, em regra, leva a uma desindustrialização, no sentido negativo.

A grande questão é identificar até que ponto a desindustrialização precoce é prejudicial para as perspectivas de crescimento econômico no longo prazo, já que isto resulta em que grande parte do excesso de trabalho da agricultura permaneça na agricultura, ou seja, direcionado para setores industriais ou informais, reduzindo assim a produtividade de ambos os setores (Dasgupta e Singh, 2006 apud Silva, 2014).

2.2 O caso do Brasil

Atualmente, a indústria brasileira tem enfrentado um desempenho bastante insatisfatório, com baixos níveis de crescimento na produção industrial. Os economistas que acompanham a mudança do perfil do país posicionam de duas maneiras distintas: os economistas heterodoxos acreditam que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização precoce, argumentando que a situação se deve à taxa de câmbio e de juros elevadas, a abertura comercial e financeira, e principalmente, à ausência de uma estratégia de desenvolvimento.

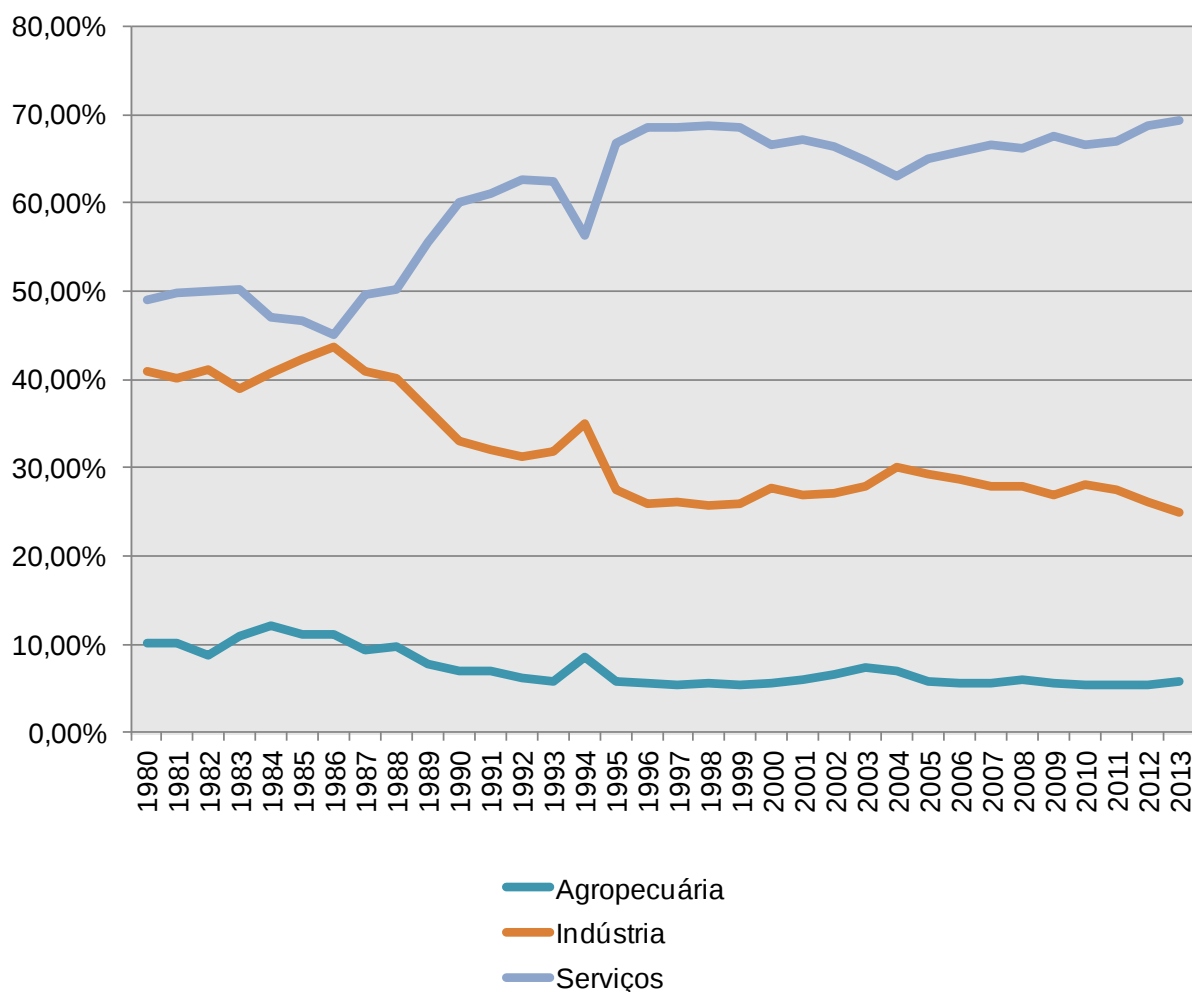
Os ortodoxos defendem que a economia brasileira passou por transformações nas últimas décadas, mas que estas não tiveram impactos negativos sobre a indústria, afirmando inclusive, que a apreciação do câmbio real, pelo contrário, favoreceu a indústria, pois permitia a importação de máquinas e equipamentos mais avançados tecnologicamente, modernizando assim, o parque industrial. Assim, para estes, a economia brasileira está passando por um processo natural de desenvolvimento, de modo que a desaceleração da indústria deve-se a um processo de modernização sustentável da indústria, reflexo das políticas neoliberais dos períodos anteriores (SCHWARTSMAN, 2009, apud OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Figura 1 - Participação setorial no PIB brasileiro no período 1980-2013

Setores do PIB				
Data	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1980	10,11%	40,93%	48,95%	100%
1981	10,11%	40,04%	49,85%	100%
1982	8,73%	41,21%	50,07%	100%
1983	10,95%	38,93%	50,13%	100%
1984	12,15%	40,73%	47,12%	100%
1985	11,12%	42,27%	46,61%	100%
1986	11,20%	43,71%	45,10%	100%
1987	9,33%	40,99%	49,68%	100%
1988	9,75%	40,04%	50,21%	100%
1989	7,74%	36,64%	55,62%	100%
1990	6,91%	33,03%	60,06%	100%
1991	6,90%	32,04%	61,06%	100%
1992	6,23%	31,23%	62,54%	100%
1993	5,77%	31,77%	62,46%	100%
1994	8,63%	35,06%	56,31%	100%
1995	5,77%	27,53%	66,70%	100%
1996	5,51%	25,98%	68,50%	100%
1997	5,40%	26,13%	68,47%	100%
1998	5,52%	25,66%	68,82%	100%
1999	5,47%	25,95%	68,58%	100%
2000	5,60%	27,73%	66,67%	100%
2001	5,97%	26,92%	67,10%	100%
2002	6,62%	27,05%	66,33%	100%
2003	7,39%	27,85%	64,77%	100%
2004	6,91%	30,11%	62,97%	100%
2005	5,71%	29,27%	65,02%	100%
2006	5,48%	28,75%	65,76%	100%
2007	5,56%	27,81%	66,63%	100%
2008	5,91%	27,90%	66,18%	100%
2009	5,63%	26,83%	67,54%	100%
2010	5,30%	28,07%	66,63%	100%
2011	5,46%	27,53%	67,01%	100%
2012	5,32%	26,02%	68,66%	100%
2013	5,71%	24,98%	69,32%	100%

Fonte: IPEA (2018).

Figura 2 – Evolução da participação percentual do valor adicionado dos setores no PIB do Brasil, de 1980-2013



Fonte: IPEA (2018).

Observa-se que na década de 1980, a média de participação anual da década de 1980 do setor agropecuário, industrial e de serviços, respectivamente, é de 10,12%, 40,55% e 49,33%. A partir de 1990, em geral, os setores primário e secundário perdem espaço significativamente para o setor de serviços. A média de participação anual 1990 a 1994 do setor agropecuário, industrial e de serviços, respectivamente, é de 6,88%, 32,63% e 60,49%. Esta situação toma mais força a partir de 1995, quando observa-se que a participação setorial do valor adicionado para o setor de serviços permanece praticamente estável (e em alta), e relativamente mais instável para a agropecuária e para a indústria. Entre 1995 e 2013, a média de participação anual 1990 a 1994 do setor agropecuário, industrial e de serviços, respectivamente, é de 5,8%, 27,27% e 66,93%.

Marquetti afirma que a “desindustrialização” foi consequência do baixo investimento realizado na economia do Brasil no período, especialmente na indústria, associadamente à transferência de recursos e de trabalho da indústria para setores com menor produtividade do trabalho, o que teria sido essencialmente negativo para a prospecção de crescimento da economia brasileira, gerando um menor crescimento do produto potencial no longo prazo (OREIO; FEIJO, 2010).

De acordo com Palma (2007, apud Silva, 2014), a desindustrialização brasileira precoce não se derivou da descoberta de recursos naturais, ou devido ao aumento da exportação de serviços. Para Palma (2005), a desindustrialização brasileira é “consequência da drástica mudança do (...) regime de substituição de importações [pelo regime o qual] combinou liberalização comercial e financeira com profundas mudanças institucionais”, a partir da década de 1990. Assim, as políticas econômicas além de acarretarem na perda de participação do setor industrial no PIB, acarretaram também o retorno de um padrão de especialização internacional baseado em produtos com uso intensivo de recursos naturais.

Por outro lado, Nassif (2008) defende o posicionamento de que o Brasil não sofre de uma desindustrialização precoce, já que a redução da participação do setor industrial no Produto Interno Bruto brasileiro ocorreu antes mesmo da liberalização comercial e financeira, mas sim em função de uma redução significativa no nível de investimento e na produtividade do trabalho, em função também de uma estagnação econômica e da inflação. Para o autor, a doença holandesa não se fez presente no Brasil, uma vez que não houve realocação generalizada de fatores produtivos para o setor primário, não havendo também especialização rigorosa das exportações intensivas em trabalho ou recursos naturais.

Almeida (2012a, apud SILVA, 2014) desconsidera que o país esteja passando por um processo de desindustrialização precoce ou natural, afirmando que a queda na participação foi um fenômeno global. Para o autor, a queda no setor industrial deveu-se a um excesso de oferta de produtos manufaturados após a crise de 2008, de modo que o Brasil foi um dos poucos países que teve aumento em sua demanda, o que fez com que o país se tornasse o mercado para as empresas desovarem seus estoque, fazendo ocorrer a substituição de parte da produção doméstica por produtos importados, posto que o custo de produção reduzia a competitividade da indústria doméstica. Assim, para Almeida, ao contrário da visão novo-desenvolvimentista, o câmbio valorizado não é uma maldição para o país, já que gera ganhos em termos de troca, aumentando a riqueza nacional. Este só torna-se maldição quando seus benefícios são voltados para o consumo, ao invés de ser para aumentar a poupança e o

investimento. Portanto, o problema consiste na orientação das políticas macroeconômicas, excessivamente voltadas para a demanda (SILVA, 2014).

De acordo com Silva (2014), ao analisar os indicadores tradicionais de desindustrialização – a redução do desemprego industrial no emprego total e a redução do valor adicionado na indústria no PIB – pode-se concluir que o país realmente está passando por uma desindustrialização precoce. Além disso, enquanto a indústria segue em declínio, o setor de serviços tem ganhado destaque, tendo trajetória crescente, apesar de algumas inflexões. Comparando os censos demográficos de 2000 e 2010, pode-se observar que nessa última década, tem existido uma perda relativa do emprego industrial para o setor de serviços. Enquanto o emprego industrial reduziu-se em 11%, o emprego terciário aumentou em 12%, o que pode ser classificado como uma terceirização dos serviços industriais (SILVA, 2014).

Sonaglio *et. al.* (2010) chegou a analisar que houve alterações na pauta de exportações, o que pode ter sido influenciado pelo cenário internacional e pelo movimento da taxa real de câmbio. No entanto, o autor defende que não é possível afirmar que tal mudança tenha caráter estrutural e que a economia brasileira esteja sofrendo de “doença holandesa”, uma vez que existe um processo em trânsito de redução das exportações de manufaturados, principalmente os de alta e baixa intensidade tecnológica. Se tal redução da participação dos manufaturados nas exportações ocorrer de forma permanente, isso refletirá o processo de doença holandesa, uma vez que acarretará na perda de dinamismo no setor e influenciará a dinâmica econômica do país, com transferências de recursos para os setores que se mantêm competitivos diante do câmbio apreciado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos dados levantados, não é possível afirmar com certeza, como fazem muitos autores, sejam eles ortodoxos ou heterodoxos, se o Brasil está sofrendo ou não de uma desindustrialização precoce. Para chegar a tal conclusão é necessária a identificação de cada subsetor industrial que se enquadre na tese da desindustrialização. O máximo que se pode afirmar é que a indústria tem caminhado nesse sentido, no entanto, o que pode estar acontecendo é que alguns subsetores estejam sofrendo de desindustrialização precoce, enquanto outros estão estáveis, e outros crescendo.

Têm-se motivos para acreditar que a queda da participação industrial não pode ser associada exclusivamente às reformas liberais da década de 1990, posto que a perda de

participação no PIB brasileiro começou a mostrar indícios em períodos anteriores, levando-se a acreditar que tal situação decorreu de fatores como o decréscimo da produtividade industrial – devido à pressão competitiva industrial do mercado nacional em relação ao mercado externo – a conjuntura alta de inflação e o quadro de estagnação econômica do país no período. Tudo isso, aliado ainda com o baixo investimento bruto na economia, pode ter feito com que a indústria não fosse capaz de se recuperar.

Outro grande problema é como já foi citado acima, o crescimento do setor de serviços, sendo este a principal atividade econômica em diversos municípios brasileiros. Hoje temos muitas empresas trabalhando de forma terceirizada, sendo que com o avanço da tecnologia, cada vez mais o produto vendido não é um bem objeto, e sim uma prestação de serviço ou um direito de propriedade. Creio que isso seja um problema que pode complicar o andamento da economia e sociedade no futuro, já que, por mais que a tecnologia traga avanços e o setor de serviços esteja crescendo, na realidade, o fim de uma negociação tende a uma aquisição de um bem objeto, e esses bens normalmente tendem a serem criados nas indústrias.

Medidas têm de ser tomadas para que o setor industrial volte a crescer de forma a gerar mais emprego e por consequência mais renda a população. Ao se falar em indústrias, logo nos remete ao empresariado, porém, analiso que o setor público não pode apenas deixar livre as empresas privadas gerarem crescimento industrial, pois é necessária uma intervenção estatal de modo a auxiliar, fiscalizar e delimitar tais empresas, dessa forma fazendo com que elas gerem um bem estar social, atrelado ao crescimento econômico. Ressalta-se que se não houver uma intervenção estatal forte n esse setor, pode-se gerar um problema conhecido na sociedade, que é o acúmulo de capital por parte do empresário, gerando portanto uma desigualdade social, que por sinal se faz comprovado o mal que ela causa a sociedade de forma geral.

REFERÊNCIAS

- IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11 Abr. 2018.
- NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil?. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 28, n. 1, p. 72-96, Mar. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Mar. 2018.
- OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmem A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 219-232, Jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Mar. 2018.

PALMA, José Gabriel. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “Doença Holandesa”. In: **Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento**. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 2005.

SILVA, José Alderir. A questão da desindustrialização no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, v. 10, n. 1, p. 45-75, Jan/Mar 2014.

SONAGLIO, Cláudia Maria et al . Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto , v. 14, n. 4, p. 347-372, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502010000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Mar. 2018.